



Ponto da situação desde 2019

Sem blá-blá-blá...

A OGBL defendeu a indexação

A OGBL é o **ÚNICO** sindicato que se recusou a subscrever o acordo da "Tripartida" de março de 2022, que previa o pagamento de uma única tranche indexada **a cada 12 meses**. Após ter-se oposto na rua à manipulação da indexação ("index"), a sua perseverança permitiu obter um novo acordo em setembro de 2022, restabelecendo o funcionamento normal da indexação automática dos salários e das pensões. Foram pagas **3 tranches indexadas** suplementares, o que significou a salvaguarda do poder de compra de **7,7%**.

Adaptação parcial da tabela de tributação

Desde a abolição do mecanismo de adaptação da tabela de impostos pelo ministro das Finanças de então, Luc Frieden em 2012, todos/as os/as trabalhadores/as e reformados/as sofreram um aumento galopante da respetiva carga fiscal devido à não indexação à inflação. Foi um aumento dos impostos, foi um roubo da indexação sobre o montante líquido! Em março de 2023, no âmbito de um novo acordo tripartido, a OGBL obteve finalmente uma adaptação (parcial) da tabela para limitar estas perdas sob forma de um **crédito de imposto** equivalente ao impacto fiscal de **2 tranches indexadas** em 2023 e de um **ajuste da tabela** tendo em conta **2,5 tranches indexadas** em 1 de janeiro de 2024 – aumentada posteriormente para **4 tranches indexadas** (relativamente a 8 devidas) pelo novo Governo.

Travar a inflação em vez de atacar a indexação

Enquanto os outros sindicatos concordaram num ajuste da indexação sem prever quaisquer medidas para travar a explosão dos preços, a OGBL obteve em setembro de 2022 um **plafonamento dos preços da energia**, que contribuiu para evitar uma explosão das despesas para os agregados familiares. Este limite máximo foi prolongado até 31 de dezembro de 2024. Isto permitiu travar significativamente a inflação.

Centenas de milhares de trabalhadores beneficiam das **melhorias nas condições de trabalho e de remuneração** negociadas pela OGBL. Desde 2019, a OGBL também obteve a introdução de **novos acordos coletivos** em 18 empresas, abrangendo mais de 1.600 trabalhadores/as que anteriormente não usufruíam dessa vantagem.

Em reação à reivindicação da OGBL de **aumentar estruturalmente o salário social mínimo** (SSM), o Governo decidiu no início de 2019 aumentar o salário mínimo em 0,9%. Por outro lado, apesar dos ataques constantes por parte do patronato, **o ajuste regular do salário social mínimo à evolução geral dos salários** não foi questionado nos últimos cinco anos, sendo o Salário Social Mínimo, assim ajustado a cada 2 anos, além da respetiva indexação.

A OGBL negociou **planos de manutenção do emprego** em muitos setores, mantendo milhares de postos de trabalho num contexto de crises sucessivas. Em várias empresas, a ação da OGBL permitiu **evitar despedimentos coletivos que já tinham sido anunciados** pelas entidades patronais, conseguindo a negociação de planos de manutenção do emprego em vez de planos sociais, o que permitiu **evitar ao máximo despedimentos sem indemnização**.

A OGBL negociou acordos importantes com as entidades patronais a nível nacional: por um lado, um acordo interprofissional para **regulamentar o teletrabalho** e, por outro, um acordo para um texto legislativo sobre o respeito pelo **direito à desconexão** dos/as trabalhadores/as fora do horário de trabalho, que presentemente deve ser implementado em todas as empresas do país. Assim, a OGBL contribuiu para adaptar as condições laborais no contexto da digitalização.

A OGBL reivindicou uma 6.ª semana de férias pagas na campanha de 2019. O Governo reagiu prevendo um aumento dos dias de férias legais para **26 dias/ano** e introduzindo um novo dia feriado, o **Dia da Europa, no dia 9 de maio**. Trata-se de uma resposta parcial às nossas reivindicações, mas a OGBL continuará o combate pela 6.ª semana de férias legais.

A OGBL negocia atualmente 232 convenções coletivas de trabalho

Um salário social mínimo mais elevado

Foram evitados milhares de despedimentos

Acordos sobre o teletrabalho e o direito à desconexão

1 dia de férias e 1 dia feriado adicionais



Abonos de família reindexados

Desde a respetiva desindexação em 2006, a OGBL não parou de reivindicar a **reindexação dos abonos de família**. Este objetivo foi finalmente conseguido **a 1 de outubro de 2021**. Desde então, os abonos foram adaptados 5 vezes à inflação, representando presentemente, **entre 418,32€ e 497,16€ por filho e por ano**. No entanto, a OGBL não esqueceu todas as perdas sofridas entre 2006 e 2021!

Pagamento imediato direto ao nível da Caixa Nacional de Saúde (CNS)

Desde setembro de 2023, foi lançado o projeto piloto do **pagamento imediato direto** (PID) ao nível da CNS. Com o PID, no futuro, os pacientes não terão necessidade de pagar os montantes que lhes costumam ser reembolsados pela CNS. O PID dá resposta à reivindicação de longa data da OGBL que exigia a introdução do sistema do **'tiers payant' generalizado**, ou seja, o paciente paga apenas a parte da fatura médica que lhe devia ser reembolsada pela CNS, isto para evitar que despesas médicas provoquem problemas financeiros significativos aos/às segurados/as. A OGBL vai insistir para que todos os intervenientes implementem esta ferramenta o mais rápido possível, permitindo que os/as segurados/as dela beneficiem diretamente junto dos prestadores o mais rapidamente possível.

Não aos ataques contra a nossa Segurança Social e o nosso regime de pensões

Apesar do questionamento constante da nossa Segurança Social e do nosso regime de pensões público e solidário por parte dos grupos de pressão das entidades patronais e de algumas instâncias internacionais, nos últimos cinco anos não foi efetuada qualquer reforma contrária aos interesses dos/as trabalhadores/as e dos/as reformados/as, sob o olhar atento da OGBL. Escusado será dizer que qualquer tentativa nesse sentido encontraria uma **oposição massiva** por parte da OGBL.

1.229 assuntos jurídicos

Entre 2019 e 2023, a OGBL apoiou os/as trabalhadores/as em 1.229 casos de assistência jurídica (direito do trabalho e direito social). A taxa de **sucesso foi de 90%**.

... apenas ações fortes!